

Aos Conselheiros de Administração da
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

Apresentação

O Comitê de Auditoria Estatutário da Petrobras (“CAE” ou “Comitê”) é um órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (“Companhia”), possui Regimento Interno próprio (“Regimento”), sendo regido pelas regras previstas na legislação e demais regulações brasileiras – especialmente pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e Instrução CVM nº 308 da Comissão de Valores Mobiliários, de 14 de maio de 1999, alterada pela Instrução CVM nº 509, de 16 de novembro de 2011, e demais regulações aplicáveis, inclusive a Sarbanes-Oxley Act (“SOx”) e regras emitidas pela U.S. Securities and Exchange Commission (“SEC”) e pela Bolsa de Valores de Nova Iorque (“NYSE”).

O CAE tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções, atuando principalmente sobre (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras consolidadas anuais e trimestrais; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; (iv) o gerenciamento de riscos; (v) as transações com partes relacionadas; (vi) os cálculos e resultados atuariais dos planos e benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social; (vii) o monitoramento das atividades do plano de assistência à saúde na modalidade autogestão; e (viii) a adequação das ações de prevenção e combate à fraude e corrupção.

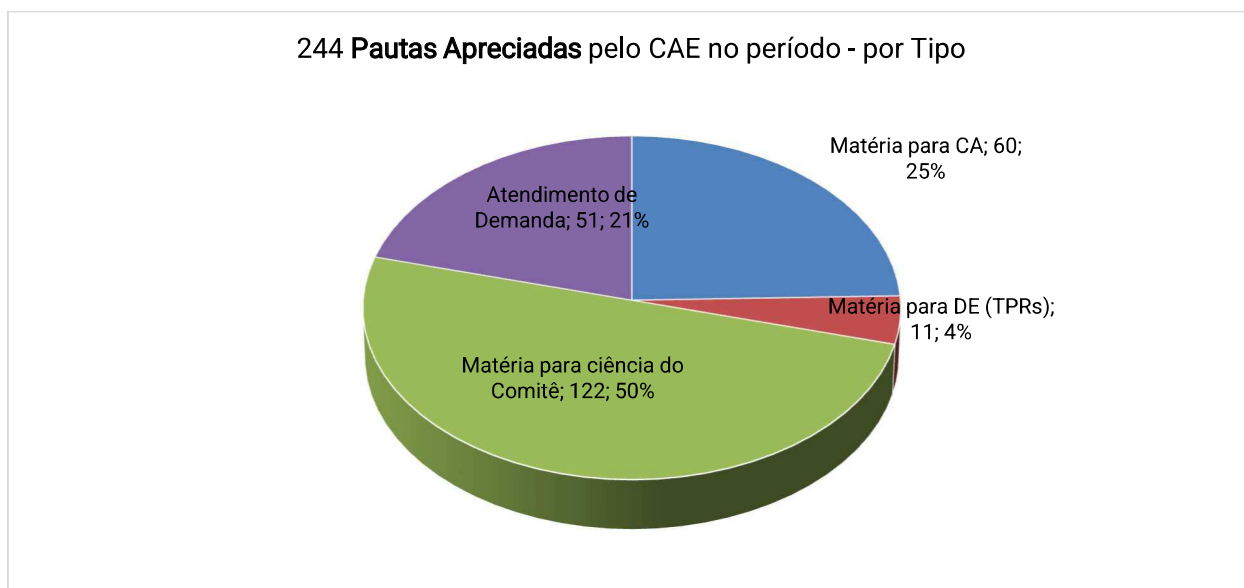
O CAE é composto por 4 (quatro) membros, escolhidos pelo Conselho de Administração dentre seus integrantes. Ao menos 01 (um) dos membros do CAE deverá ser integrante do Conselho de Administração da Petrobras eleito pelos acionistas minoritários ou pelos detentores de ações preferenciais.

Resumo das atividades no Exercício 2021

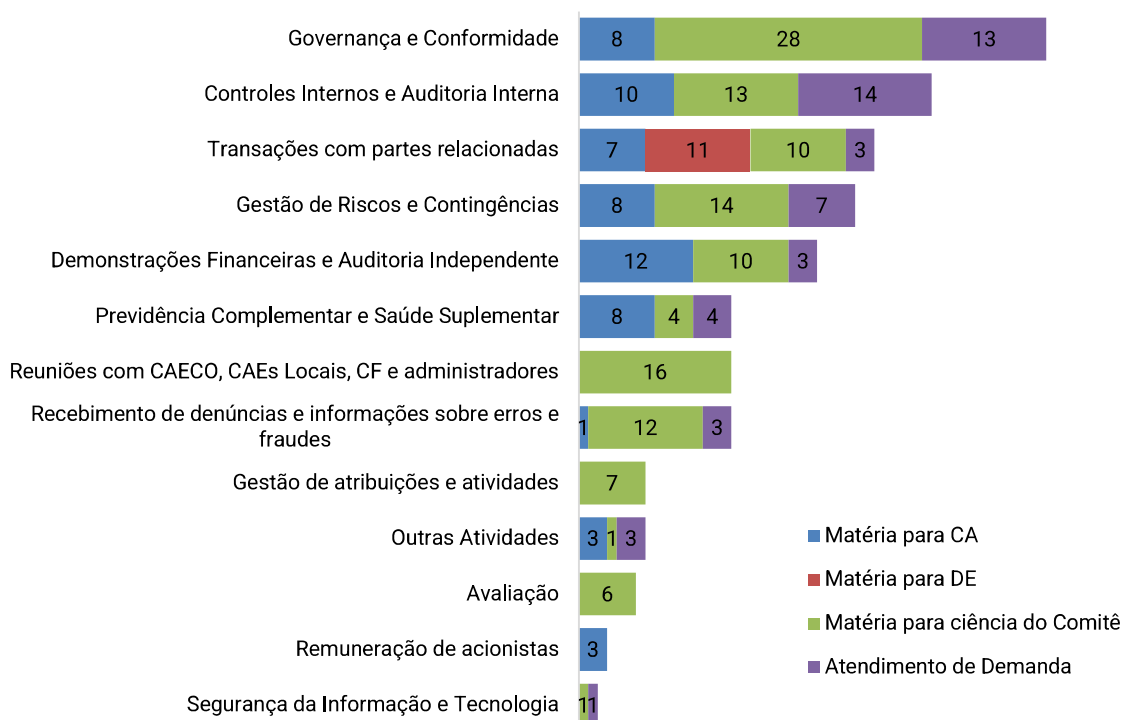
No período de 02 de março de 2021 (primeira reunião ordinária do CAE após apreciação das Demonstrações Contábeis de 2020) a 21 de fevereiro de 2022 (até a reunião ordinária do CAE que apreciou as Demonstrações Financeiras da Petrobras relativas ao Exercício findo em 31/12/2021), o Comitê de Auditoria Estatutário da Petrobras realizou 46 reuniões que contemplaram 242 pautas (*), envolvendo Conselheiros de Administração, Conselheiros Fiscais, Membros do Comitê de Integridade, Membros da Comissão de Ética da Petrobras, Diretores Executivos, Gerentes Executivos, Advogada-Geral, Ouvidor-Geral, Auditores Internos, Auditores Independentes, Advogados Internos e Externos e membros de Comitês de Auditoria das Participações Societárias da Petrobras, assim segregadas:

Período de 03/02/2021 a 21/02/2022 (*)		
Total de reuniões	46 reuniões	3,8 reuniões / mês
Total de pautas	244 pautas	5,3 pautas / reunião

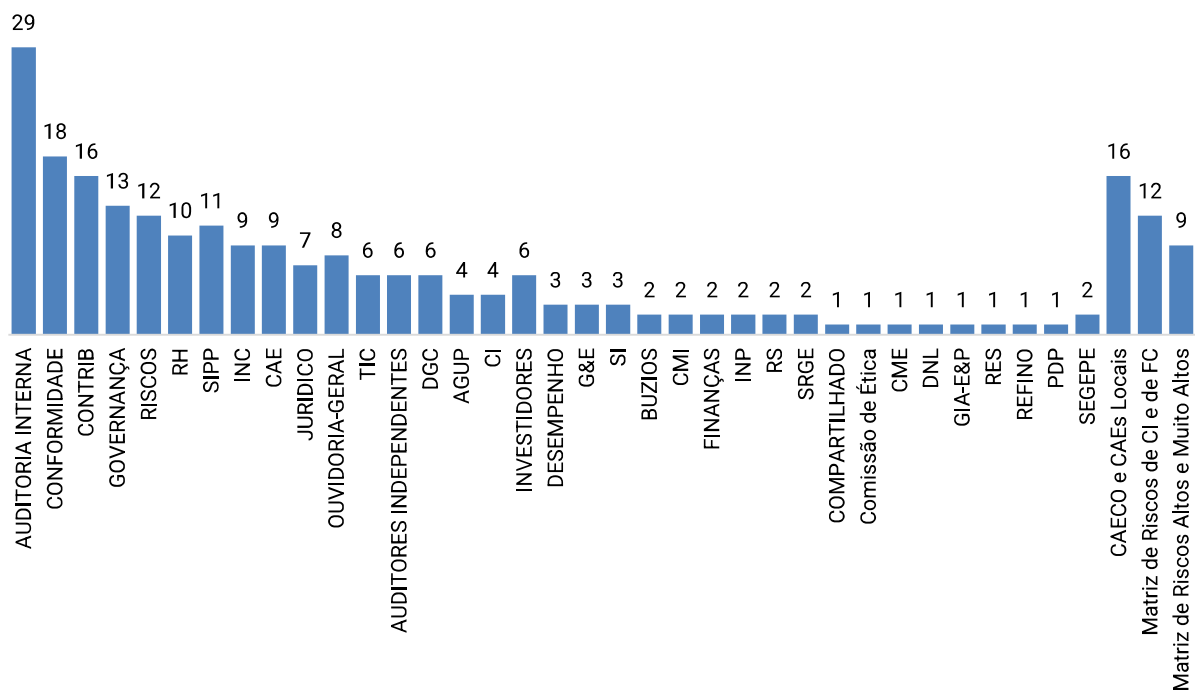
(*) Todos os números excluem 24 pautas tratadas nas questões de ordem das reuniões, do tipo: calendário de pautas, registro de atendimento de demandas do CAE, e outros temas relacionados à gestão do Comitê.



244 Pautas Apreciadas pelo CAE no período - por Grandes Temas (*)



244 Pautas Apreciadas pelo CAE no período - por Área Responsável



Legenda:

AGUP – Águas Ultra Profundas

CAECO – Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras

CI – Comitê de Integridade

CMI – Comercialização no Mercado Interno

CME – Comercialização no Mercado Externo

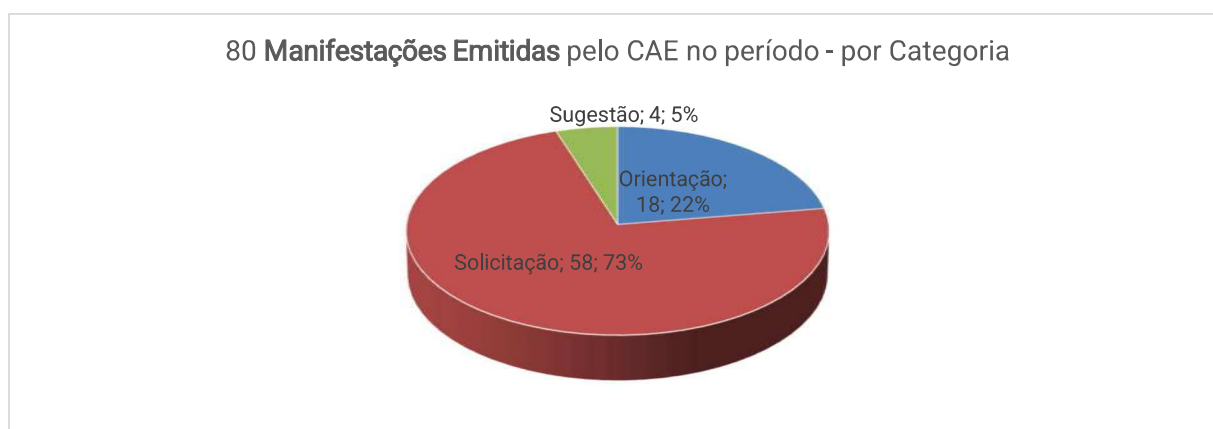
CONTRIB – Contabilidade e Tributário

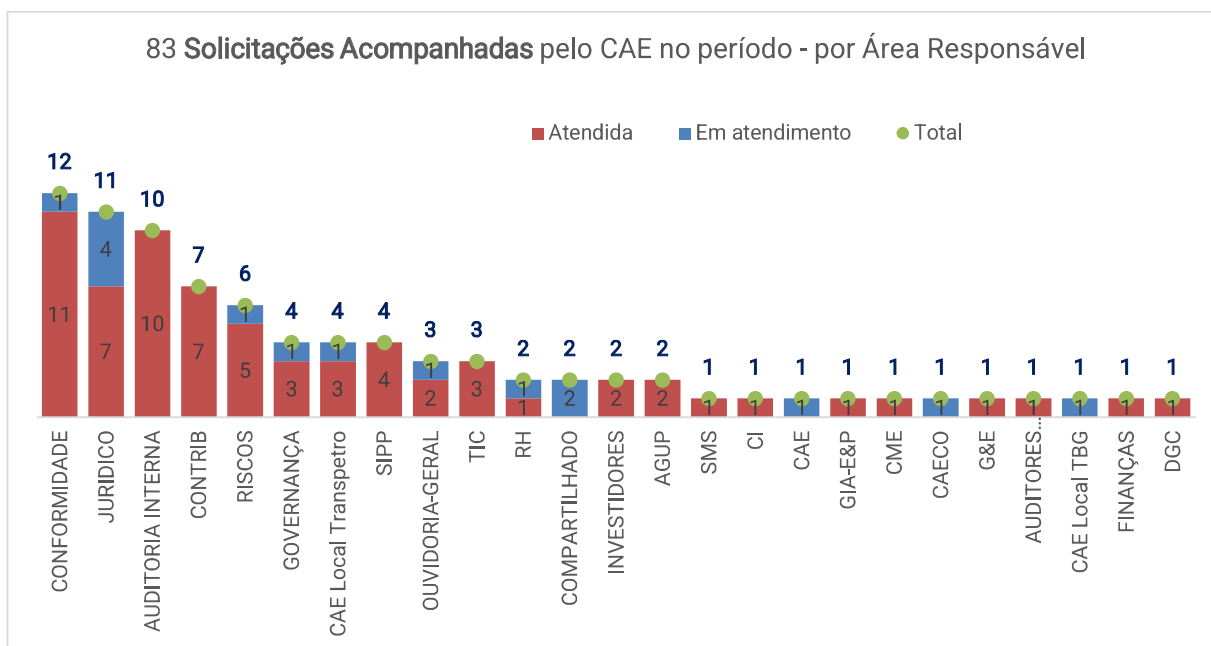
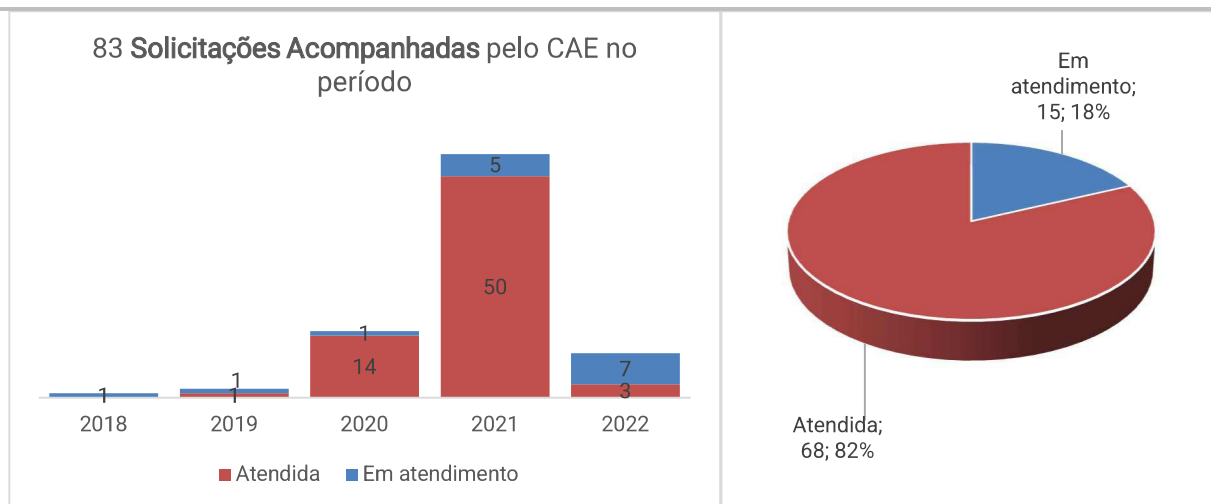
DNL - Desenvolvimento de Negócios de Logística
DGC – Diretoria de Governança Corporativa
INC – Integridade Corporativa
INP – Integração de Negócios e Participações
G&E – Gás e Energia
GIA-E&P – Gestão Integrada de Ativos de Exploração e Produção
PDP – Projetos de Desenvolvimento da Produção
RES – Reservatórios
RH – Recursos Humanos
RS – Responsabilidade Social
SEGEPE – Secretaria Geral da Petrobras
SI – Segurança da Informação
SIPP – Supervisão Integrada de Planos de Previdência
SRGE – Sistemas de Superfície, Refino, Gás e Energia
TIC – Tecnologia da Informação e Telecomunicações
Matriz de Riscos de CI e de FC – Matriz de Riscos de Controles Internos e de Fraude e Corrupção

Nesse período, o CAE emitiu 80 Manifestações, o que representa uma média de 1,8 manifestações por reunião. As manifestações podem ser solicitações, orientações e sugestões, conforme definidas no padrão de funcionamento do CAE:

- As solicitações são aquelas em que as unidades responsáveis deverão retornar ao Comitê, conforme prazo definido ou para acompanhamento periódico, como follow-up;
- As orientações são aquelas que o Comitê espera que sejam seguidas pelas unidades responsáveis, sem retorno obrigatório ao Comitê, e, geralmente, estão relacionadas aos assuntos encaminhados;
- As sugestões são aquelas emitidas para as unidades responsáveis, que irão realizar uma avaliação de pertinência e oportunidade de acolhimento.

Ao longo do período, foi realizado o acompanhamento de 83 Solicitações, considerando as Solicitações emitidas no período e em períodos anteriores que ainda estavam em aberto, das quais 68 foram atendidas nesse período.





Legenda:

- AGUP – Águas Ultra Profundas
- CAECO – Comitê de Auditoria Estatutário do Conglomerado Petrobras
- CI – Comitê de Integridade
- CME – Comercialização no Mercado Externo
- CONTRIB – Contabilidade e Tributário
- DGC – Diretoria de Governança Corporativa
- G&E – Gás e Energia
- GIA-E&P – Gestão Integrada de Ativos de Exploração e Produção
- RH – Recursos Humanos
- SIPP – Supervisão Integrada de Planos de Previdência
- TIC – Tecnologia da Informação e Telecomunicações

Dentre as atividades realizadas no exercício, destacam-se as seguintes:

- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras e informações trimestrais, relativas ao Exercício findo em 31/12/2021, mediante reuniões com os administradores e auditores independentes;
- Acompanhamento da matriz de riscos classificados como Altos e Muito Altos, dos Riscos Priorizados para fins de reporte à Alta Administração, além da apreciação da Declaração de Appetite a Risco Empresariais da Petrobras;
- Recebimento, encaminhamento e monitoramento de denúncias através do Relatório de Integridade e do Relatório Integrado da Ouvidoria Geral;

- Acompanhamento do Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna 2021, onde o CAE tomou conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como fez o acompanhamento de providências saneadoras adotadas pela Administração;
- Monitoramento dos processos através da Auditoria Contínua;
- Avaliação do relatório das transações com partes relacionadas da Petrobras, revisão da Política de Partes Relacionadas e apreciação de 21 pautas de análise prévia de transações com partes relacionadas;
- Acompanhamento trimestral da Matriz de Riscos de Controles Internos e de Fraude e Corrupção (contemplando os desafios e ações de mitigações, e a matriz de materialidade para embasar a seleção destes desafios aos riscos de fraude e corrupção) e acompanhamento do Plano de Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD);
- Avaliação do Relatório Semestral de Gestão do Patrocínio de Planos de Benefícios Previdenciários, e acompanhamento da Governança e a Política de Investimentos da Petros;
- Acompanhamento das “ondas” de implantação da Associação Petrobras de Saúde (APS);
- Realização de 2 (duas) reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal, e realização de 16 reuniões, como itens de pauta, com o Comitê de Auditoria do Conglomerado Petrobras (CAECO) e com os comitês de auditoria das sociedades do conglomerado Petrobras que possuem CAE próprio (CAE Local), a saber: CAE da Transpetro, CAE da TBG e CAE da Gaspetro;
- Acompanhamento da evolução do projeto de automatização dos Controles Internos e do Projeto #tranS4mar que engloba um conjunto de transformações tecnológicas e tem como principal iniciativa a mudança do sistema integrado de gestão (ERP).

Recomendações à Diretoria Executiva

Nos debates estabelecidos nas reuniões, realizadas no período em questão, com os gestores das diversas áreas da Companhia, foram efetuadas recomendações para melhoria dos processos de controles e gestão dos negócios.

Conclusões e recomendação ao Conselho de Administração

Durante o exercício de 2021, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados, anteriormente aqui descritos de forma sumarizada, concluíram que:

- (i) os processos de controles internos para a produção dos relatórios financeiros foram efetivos e as ações de prevenção e combate à fraude e corrupção foram adequadas;
- (ii) a Auditoria Independente foi efetiva e não foi reportada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência;
- (iii) a gestão e o monitoramento dos principais fatores de riscos foram gerenciados pela Administração;
- (iv) as transações com partes relacionadas avaliadas e monitoradas no período atenderam à Política de Transações com Partes Relacionadas da Petrobras e forneceram evidências quanto à existência de condições estritamente comutativas, transparência, equidade, interesse da Companhia e divulgação adequada e tempestiva; e
- (v) os parâmetros em que se fundamentaram os cálculos atuariais, bem como o resultado dos planos de benefícios mantidos pela Fundação Petrobras de Seguridade Social são razoáveis e alinhados às melhores práticas de mercado.

O exercício de 2021 foi um período muito produtivo para o Comitê de Auditoria Estatutário da Petrobras, com destaque para as atividades de monitoramento da qualidade das demonstrações financeiras, dos controles internos, da conformidade e do gerenciamento de riscos, de forma a assegurar o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações financeiras publicadas para os investidores.

Neste contexto, como resultado de todo esse trabalho de acompanhamento e supervisão efetuados pelo Comitê, o CAE declara que não foi identificada nenhuma situação de divergência significativa entre a Administração, os Auditores Independentes da KPMG e o próprio Comitê de Auditoria Estatutário em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estando todos os fatos relevantes adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras auditadas relativas a 31/12/2021.

O Comitê de Auditoria Estatutário registra seu agradecimento e reconhecimento aos Conselheiros Omar Carneiro da Cunha Sobrinho, Paulo Cesar de Souza e Silva e Cynthia Santana Silveira pelas relevantes contribuições aos trabalhos realizados pelo Comitê.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2022.

Márcio Andrade Weber
Presidente do Comitê de Auditoria Estatutário

Murilo Marroquim de Souza
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Rodrigo de Mesquita Pereira
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário

Valdir Augusto de Assunção
Membro do Comitê de Auditoria Estatutário
Especialista financeiro e de contabilidade societária